



DA PORTELA A PEDROUÇOS. AS OBRAS PÚBLICAS DE DUARTE PACHECO E ARTE NA PERIFERIA DE LISBOA.

Helena Elias  
Prof. Ass. Universidade Lusófona  
Doutoranda da Universidade de  
Barcelona

## Introdução

Muitas foram as áreas da cidade de Lisboa marcadas pelas intervenções urbanísticas durante o Estado Novo. Duarte Pacheco enquanto ministro das Obras Publicas e Comunicações e mais tarde presidente da CML, definiu para Lisboa áreas prioritárias, às quais aplicou a celebre figura jurídica da expropriação por utilidade pública - decisão unilateral para a qual o governo não admitia recurso. As operações urbanísticas previstas abarcam áreas para lá dos limites do território urbanizado, junto ao perímetro administrativo da cidade, prevendo-se a construção de infra-estruturas, habitação e equipamentos. Algumas destas áreas, mais próximas das saídas de Lisboa, irão ser motivo ainda durante o Estado Novo, de variadas encomendas de arte, quer por iniciativa da administração local ou central.

Pretendemos com a nossa exposição indagar da presença de elementos artísticos que durante o Estado Novo, foram colocados junto aos limites administrativos da cidade de Lisboa, em zonas que designaremos com áreas periféricas. Em particular, questionaremos a pertinência da arte pública deste período junto das saídas da cidade, e tentaremos perceber se a sua presença contribuirá para enfatizar a função que cada um destes espaços desempenha<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre a escultura pública, prática escultórica e presença do poder nos espaços públicos, ver *A escultura como estatuária; Arte e espaço Público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano.* Antoni Remesar, in *Design de espaço público: deslocação e proximidade*, pp – 26-40.

Começaremos por abordar a importância de Duarte Pacheco na política urbana do regime, e em particular a sua actuação no ordenamento do território de Lisboa. Especificaremos quais as áreas periféricas, onde Duarte Pacheco determinou realizar os «melhoramentos urbanos» e definiremos dois momentos da sua política urbana em Lisboa. O primeiro momento corresponde ao seu primeiro mandato como ministro das Obras Públicas e Comunicações e é assinalado com a futura instalação de um núcleo verde – Monsanto. O segundo momento é definido pelo regresso de Duarte Pacheco ao domínio das obras públicas, na qualidade de Presidente do município e titular da pasta do mesmo ministério. Desta conjuntura política apontamos a construção de infra-estruturas como o aeroporto e seus acessos junto à Portela e as intervenções urbanísticas em Pedrouços - troço ocidental da Av. Marginal e arranjo urbanístico junto à Torre de Belém. Por último, abordaremos o desenvolvimento dos planos previstos para as áreas citadas. Identificaremos os elementos artísticos que se destinaram aos espaços públicos criados, englobando quer os que constam nas etapas do planeamento, quer os que em momentos muito posteriores foram implantados. Discutiremos a presença destes elementos artísticos nas áreas limítrofes da cidade, nomeadamente se obedecem a procedimentos específicos ou se seguem as lógicas de implantação para outras áreas menos periféricas.

### Duarte Pacheco e as Obras Públicas

Centralizar as obras públicas num único departamento foi a tarefa do governo em 1932, sendo por isso criado o Ministério das Obras Públicas e Comunicações (MOPC). A operação de reorganização ministerial é encetada por Duarte Pacheco, pouco depois de tomar posse como titular da pasta do Ministério do Comércio e das Comunicações. Impondo uma nova ordem institucional às obras públicas, o ministro prepara o caminho para realizar os melhoramentos urbanos necessários ao desenvolvimento do País e da Capital. O impulso que conseguiu imprimir - visível na instalação de um aeroporto, o Parque de Monsanto, ou as Gares Marítimas - permitiu a produção de uma nova imagem urbana de Lisboa<sup>2</sup> com a qual o regime do Estado Novo se identificará.

Duarte Pacheco veio a exercer uma política urbana autoritária com fortes repercussões no território de Lisboa. No seu primeiro mandato como titular das Obras Públicas (1932-1936), impõe um conjunto de medidas destinadas à criação de um núcleo verde na zona ocidental de Lisboa. Em conformidade, o município é autorizado pelo governo a tomar a iniciativa de fundação na Serra de Monsanto, de um Parque Florestal da Cidade, cobrindo uma área estimada em 600 hectares. Igualmente permite o governo que, actuando o MOPC em colaboração com a CML, esta possa fazer usos do sistema especial de expropriações<sup>3</sup>, no sentido de tornar célere a concretização do Parque. O uso deste sistema será continuado mais tarde já com Duarte Pacheco na Presidência municipal e levará o governo a repetir a experiência nas obras a realizar por ocasião das Comemorações dos Centenários.

<sup>2</sup> Lobo, Margarida Sousa, *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*, pp. 36-37.

<sup>3</sup> *Este sistema permitia à CML declarar de utilidade pública os terrenos indispensáveis à execução dos melhoramentos urbanos previstos para a Capital, estabelecendo indemnizações irrisórias aos proprietários dos prédios rústicos e urbanos em causa. A celeridade do processo passava também por não admitir recurso por parte do proprietário da decisão tomada pela comissão de arbitragem, reduzindo os entraves ao prosseguimento dos trabalhos.*

Duarte Pacheco regressa à actividade política em 1938, na qualidade de 1º Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Nas primeiras reuniões camarárias define as futuras actividades dos serviços municipais de acordo com o que julga serem as necessidades de uma capital e promete uma vasta obra de urbanização para Lisboa, iniciando desta forma o município, uma nova política nas realizações municipais.

No mesmo ano regressa ao Ministério das Obras Públicas e Comunicações (1938-1943), onde é incumbido de imprimir a «determinação necessária» na concretização das obras públicas em todo o País e integradas no Plano dos Centenários<sup>4</sup>. Para Lisboa são reservadas grandes actividades que devem conduzir à urbanização da cidade. Para pôr em marcha o empreendimento, Duarte Pacheco é autorizado a aplicar o sistema especial de expropriações para as obras e melhoramentos previstos, sendo por isso declaradas de utilidade pública as aquisições ou expropriações necessárias à execução destas realizações.

Ao abrigo desta figura jurídica, estão previstas as seguintes operações em Lisboa: Aeroporto de Lisboa e estradas e arruamentos de acesso a Lisboa e ao aeroporto; construção de casas económicas em Lisboa, Auto-estrada e Estrada Marginal Lisboa - Cascais; Av. Marginal ao Tejo, incluindo a rectificação do troço actualmente existente; e ainda outros planos que o governo entenda serem necessários a Lisboa.

A presidência do município, que vem a substituir Duarte Pacheco, actuará de acordo com «a obra que Sua Excelência se proponha realizar na cidade de Lisboa, muito facilitada agora pela sua entrada para o Ministério das Obras Públicas e Comunicações»<sup>5</sup>. Em convergência com o respectivo Ministério, a presidência da CML aprova as bases do orçamento para 1939, do «Plano de Obras e Melhoramentos Municipais» para o ano 1939 e 1940, entre as quais se encontram as seguintes realizações: a) O Parque Florestal de Monsanto, b) Aeroporto da Cidade e seus Acessos, d) Trabalhos de Urbanização realizados com a Exposição do Mundo Português – comemorações centenárias de 1939 e 1940. Na base XIII do mesmo orçamento, mostra-se a inscrição «da verba necessária para acorrer aos encargos com a transferência da Fábrica de Gás e gasómetros das proximidades da Torre de Belém para a Matinha».

### **A cidade depois de Duarte Pacheco: Portela, Monsanto, Pedrouços/ Av. Marginal. Intervenções urbanísticas e arte na periferia de Lisboa.**

Verificámos que a matriz fundamental da intervenção de Duarte Pacheco para estas áreas foi a instituição de figuras legais, que possibilitaram uma prática única de política urbana em Lisboa – colaboração MOPC/CML - na sua componente de planeamento e gestão fundiária. Note-se que, de acordo com as informações estatísticas da CML, em 1936, 75% da área do concelho de Lisboa, permanecia ainda por urbanizar<sup>6</sup>. Estando estes terrenos longe do centro, previa a municipalidade grandes demoras na urbanização dos mesmos. Com

<sup>4</sup> A enquadrar as comemorações nacionais da Fundação da Nacionalidade, Restauração e Independência, o governo de Oliveira Salazar anuncia um extenso programa onde são enunciadas obras estruturais indispensáveis ao desenvolvimento do País.

<sup>5</sup> Acta nº 7, reunião efectuada em 16 de Junho de 1938, CMLisboa. Embora Duarte Pacheco não pudesse oficialmente exercer dois cargos públicos – o de ministro e presidente do município, era ele quem determinava o andamento das obras em Lisboa.



<sup>6</sup> Silva, Carlos Nunes, *A Política Urbana em Lisboa, 1926-1974*, p. 44

Duarte Pacheco e a amplitude de poderes que o governo lhe conferiu, a cidade conhece um período intenso de transformações urbanísticas, onde planeamento e gestão dos planos se praticavam ao mesmo tempo.

### O Aeroporto

Em 1935, o anuário municipal dava conta das obras em curso e a realizar oportunamente, estando projectado o aeroporto e em estudo os seus acessos no sítio da Portela. Apontada por Duarte Pacheco como uma obra prioritária será por isso abrangida pelo sistema especial de expropriações. Ligando o aeroporto à cidade, prevê-se uma artéria fazendo o prolongamento da Av. Almirante Reis, seguindo pelo Areeiro, até ao Bairro da Encarnação - área residencial periférica<sup>7</sup> - e que constituirá um dos acessos da cidade ao aeroporto de Lisboa.

O aeroporto inaugura em 1941, merecendo o edifício um motivo decorativo de Barata Feio. Os acessos ao aeroporto - zona oriental e rotunda achavam-se também concluídos no mesmo ano<sup>8</sup>. A instalação de um "aeroporto e seus acessos" traduz parte da imagem urbana da municipalidade<sup>9</sup>, marcada pela acção de Duarte Pacheco.

Mais tarde, em 1969, estando já a zona consolidada, a CML anuncia a inauguração da Estátua de S. Cristóvão, colocada entre o arruamento de acesso ao aeroporto e o de saída da capital para outros destinos - placa ajardinada da Av. Cidade do Porto (ver figuras seguintes). A presidência informa que a CML «localizou-a no limite da cidade e no início de uma estrada importante que conduz ao Norte e Sul do País e ainda a terras estrangeiras»<sup>10</sup>.

O "território de partida dos viajantes" justificava o motivo da estátua ao Santo Padroeiro dos viajantes, reforçando a vereação que, a «estátua do Santo na mais importante das portas da cidade de Lisboa - pela feliz iniciativa da Câmara Municipal - é assim um memorial que vem recordar quem passa e a vê, as exigências de um comportamento honesto e virtuoso na condução e na viagem.»<sup>11</sup>.

No mesmo dia, e objecto da mesma celebração ao santo era também inaugurado o baixo-relevo com a figura de S. Cristóvão<sup>12</sup> nas escadinhas de seu nome. A colocação do motivo decorativo, no centro da cidade não teve a mesma justificação da estátua à saída da Capital, identificando-se antes com a toponímia do local, a freguesia e a paróquia.

### Monsanto

A Floresta da Serra de Monsanto é uma obra planeada no primeiro mandato de Duarte Pacheco como ministro da Obras Públicas e Comunicações. Entende o governo que, sendo «uma capital pobre de parques e jardins e quando as condições óptimas não podem ser satisfeitas, tende-se na maioria dos casos para o estabelecimento de parques excêntricos, situados quanto possível na periferia, o que os torna verdadeiros núcleos de expansão e outros tantos elementos de



<sup>7</sup> Algumas das áreas periféricas foram destinadas à habitação, ao abrigo dos programas de construção de casas económicas. Também mais tarde alguns destes núcleos recebem intervenções artísticas, como é o caso do Bairro da Encarnação, junto à Portela. Ver Marques, Inês; (2004)

<sup>8</sup> Segundo a informação do mapa publicado pelo MOPC e que consta da Coleção da Legislação de 1941, MOPC.

<sup>9</sup> Na revista Municipal, 1º trimestre de 1943, pp- 33-36, um artigo sobre as gares de Lisboa - aérea, marítimas e terrestres - põe em destaque Lisboa moderna, onde sobressai: «superior a todas, honrando a administração municipal, o aeroporto da Portela de Sacavém, (...) semelhante às dos magníficos aeródromos internacionais.»

<sup>10</sup> Inauguração da estátua de S. Cristóvão em Lisboa, Revista Municipal, 3º Trimestre 1969, pp. 110-111.

<sup>11</sup> *Ibidem*

<sup>12</sup> O programa da Festa de São Cristóvão compreendia o acto de inauguração do baixo-relevo e horas depois, o acto de inauguração da estátua, constando das inaugurações, o Presidente e Vereadores bem como um representante da paróquia da respectiva Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço. Um curioso fenómeno nos anos sessenta e setenta foi a encomendas de estátuas de santos destinadas aos espaços públicos de Lisboa: para além de S. Cristóvão, outras estavam previstas ou já tinham sido colocadas - S. Vicente na Cerca Moura, S.to António em Alvalade e Nossa Sr.a de África, oferta da EMGFA à cidade.

correção morfológica do agregado urbano»<sup>13</sup>. A área destinada foi dividida em seis zonas, e estas em parcelas que serão expropriadas e adquiridas pela CML<sup>14</sup>, fazendo o município uso do sistema especial de expropriações.

A criação do Parque (1934) permite também à municipalidade, «mediante a autorização do governo, fazer a concessão da exploração de recintos e instalações de recreio dentro do Parque Florestal da Cidade»<sup>15</sup>. Isto possibilitará a CML explorar a vertente turística em determinados locais que a geografia do terreno privilegiou. Assim, procurou a CML através dos projectos de Keil do Amaral, conceber áreas de estar e de lazer com vistas panorâmicas, programando também um novo cemitério para a cidade.

Ocorrida a morte de Duarte Pacheco (1943), o município propõe uma homenagem ao seu presidente municipal. Monsanto é o local onde se antevê a construção de um padrão – miradouro localizado à entrada do futuro cemitério. Numa outra versão do projecto, junto do futuro anfiteatro ao ar livre. Por determinação superior, os estudos realizados não terão desenvolvimento<sup>16</sup>.

Outros planos reservados para o Parque serão executados: zonas de estar e de lazer como são os diversos miradouros – Moinho do Mocho, Montes Claros e Lunetas dos Quartéis, tirando partido dos acidentes do terreno. O miradouro da Luneta dos Quartéis, colocado no limite da serra e virado para a Serra de Sintra e o rio, receberá mais tarde, um edifício de restauração. Para a decoração da entrada do restaurante, a CML encomenda um motivo decorativo, em execução ainda em 1970<sup>17</sup>, da autoria do escultor Matos Simões (ver figuras seguintes).



Outra obra acessória da CML e «que muito contribuirá para a valorização do seu património turístico», já em construção em 1964, é distinguido com um «motivo escultórico» em granito concebido por Maria Manuela Madureira<sup>18</sup>.

Trata-se do restaurante panorâmico *Monsanto*, junto da Estrada da Bela Vista (ver figuras seguintes), «donde se

<sup>13</sup> DL nº 24:625, D. do G. nº 257, 1ª série, de 1 de Novembro de 1934, preâmbulo.

<sup>14</sup> Relatório da comissão de expropriações presente na acta nº 11, reunião de 20 de Outubro de 1938 da CML, pp-2-3.

<sup>15</sup> Art. 9º do DL. 24:625, publicado no D. do G. nº 257, 1ª série, de 1 de Novembro de 1934.

<sup>16</sup> As actas das sessões da CML entre 1944 e 1945 referem o prosseguimento dos trabalhos, a urgência em merecerem a aprovação superior bem como a determinação do Ministério do Interior em cessar o andamento dos estudos.

<sup>17</sup> Trabalhos em Curso, Acções culturais da CML, 1970.

<sup>18</sup> Acção cultural da Câmara Municipal de Lisboa (1933-1970), Lisboa 1971.

*desfruta um extraordinário panorama sobre a Cidade e seus arredores».*

Surge também outro género de instalações dependentes do município. No sítio da Cruz das Oliveiras, a CML mandou instalar o quartel do Batalhão de Sapadores de Bombeiros. Para este equipamento foi encomendado um baixo-relevo para decoração da fachada do edifício, da autoria de Luís Castel-Branco (ver figuras seguintes).

### *Pedrouços e Av. Marginal*

A projecção da Av. Marginal ocidental e oriental fará parte das prioridades do Ministério das Obras Públicas e Comunicações bem como do município lisboeta. Embora já em 1935, a municipalidade definia como estruturais os dois troços da marginal – nomeadamente na parte ocidental o prolongamento da Av. da Índia – só em 1938 se dará ímpeto às obras: o governo decreta que para a realização da obra, «o Ministro das Obras Públicas poderá simplificar ou dispensar quaisquer formalidades legais ou autorizar a execução dos trabalhos preparatórios que julgue necessários antes da celebração dos respectivos contratos<sup>19</sup>». À zona ribeirinha ocidental foi-lhe destinada uma vocação turística, dada a existência de importantes monumentos nacionais, tornando-se a marginal ocidental a ligação cénica entre Belém e a Costa do Sol.

Já em Abril de 1938, Duarte Pacheco - ainda presidente da CML - anuncia importantes transformações na área de Pedrouços, nomeadamente a transferência da Fábrica de Gás - situada junto à Torre de Belém - para a zona oriental da cidade (Matinha). Para esta zona ocidental da cidade, destina-se um arranjo urbanístico para valorização do monumento e desfrute do enquadramento deste com o rio. O acordo estabelecido para o desmantelamento da estrutura industrial, entre o Estado e as demais entidades interessadas foi iniciado por Duarte Pacheco. A finalização dos trabalhos tardou, sendo que só em 1949 os terrenos se encontravam expectantes<sup>20</sup>.

Enquanto decorria o processo de transferência do complexo industrial, arranjos urbanísticos foram propostos pelo MOPC ou CML. Tratam-se dos planos apresentados pela CAPOPI - Comissão Administrativa do Plano de Obras da Praça do Império e Zona Marginal de Belém ou ainda o de Faria da Costa (CML), mas ambos sem seguimento. Datado de 1942 e da autoria de Cottinelli Telmo e Manuel Catalão, o projecto da CAPOPI (ver duas figuras seguintes), apresentava uma disposição espacial onde massas de verdura enquadram 12 estátuas de navegadores quinhentistas que fariam «a guarda de honra ao monumento»<sup>21</sup>.

O plano de Faria da Costa privilegia a margem do rio para a localização do conjunto de estátuas. No arranjo urbanístico definitivo, de Viana Barreto<sup>22</sup>, a Torre constitui o único elemento de destaque, reforçado pelo enquadramento paisagístico.

Mais tarde, sob a Presidência Municipal do General França Borges (1960-1970), foi encomendado um estudo do impacte sobre a inserção de um grupo de estatuas de Navegadores, desta vez ao longo

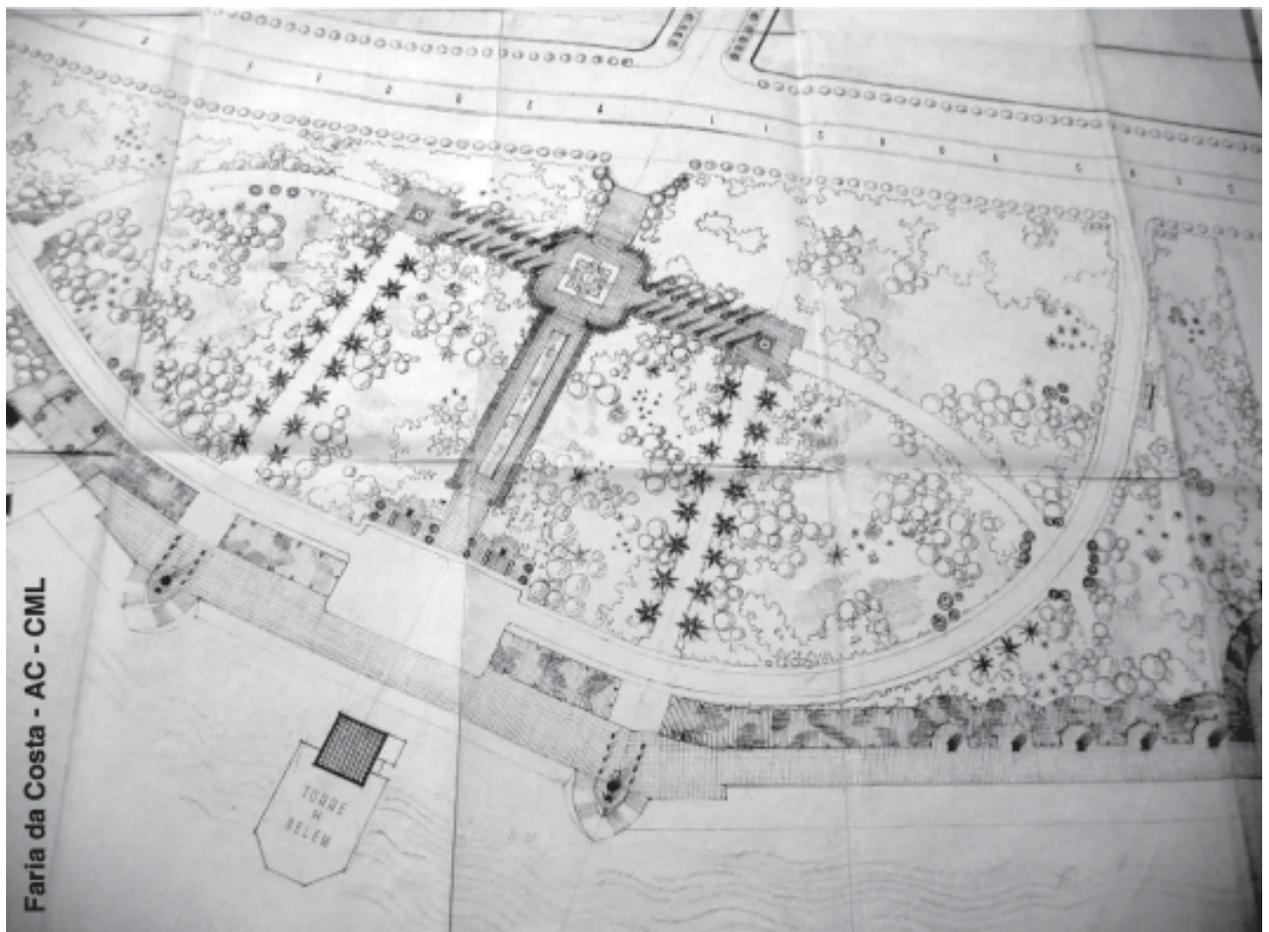
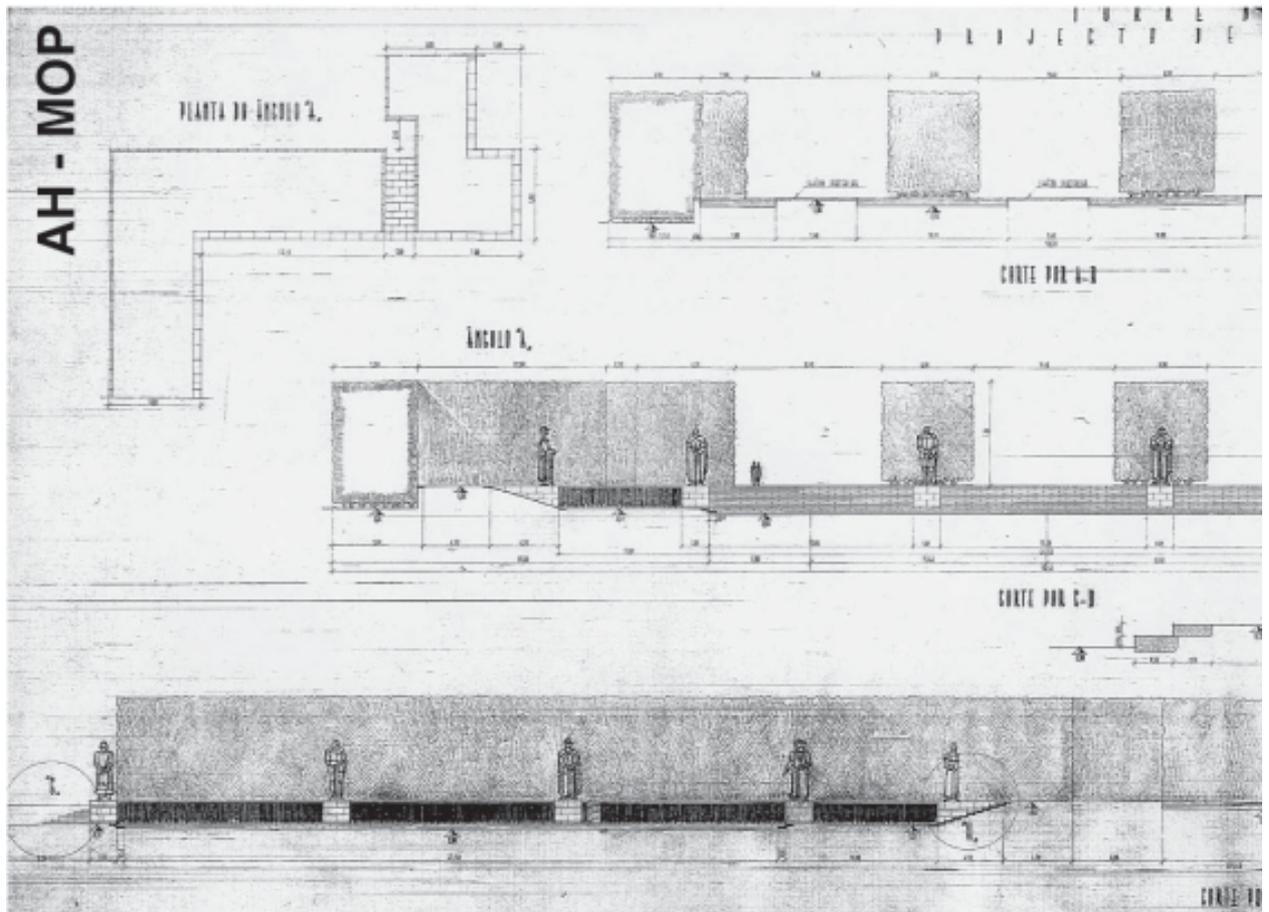


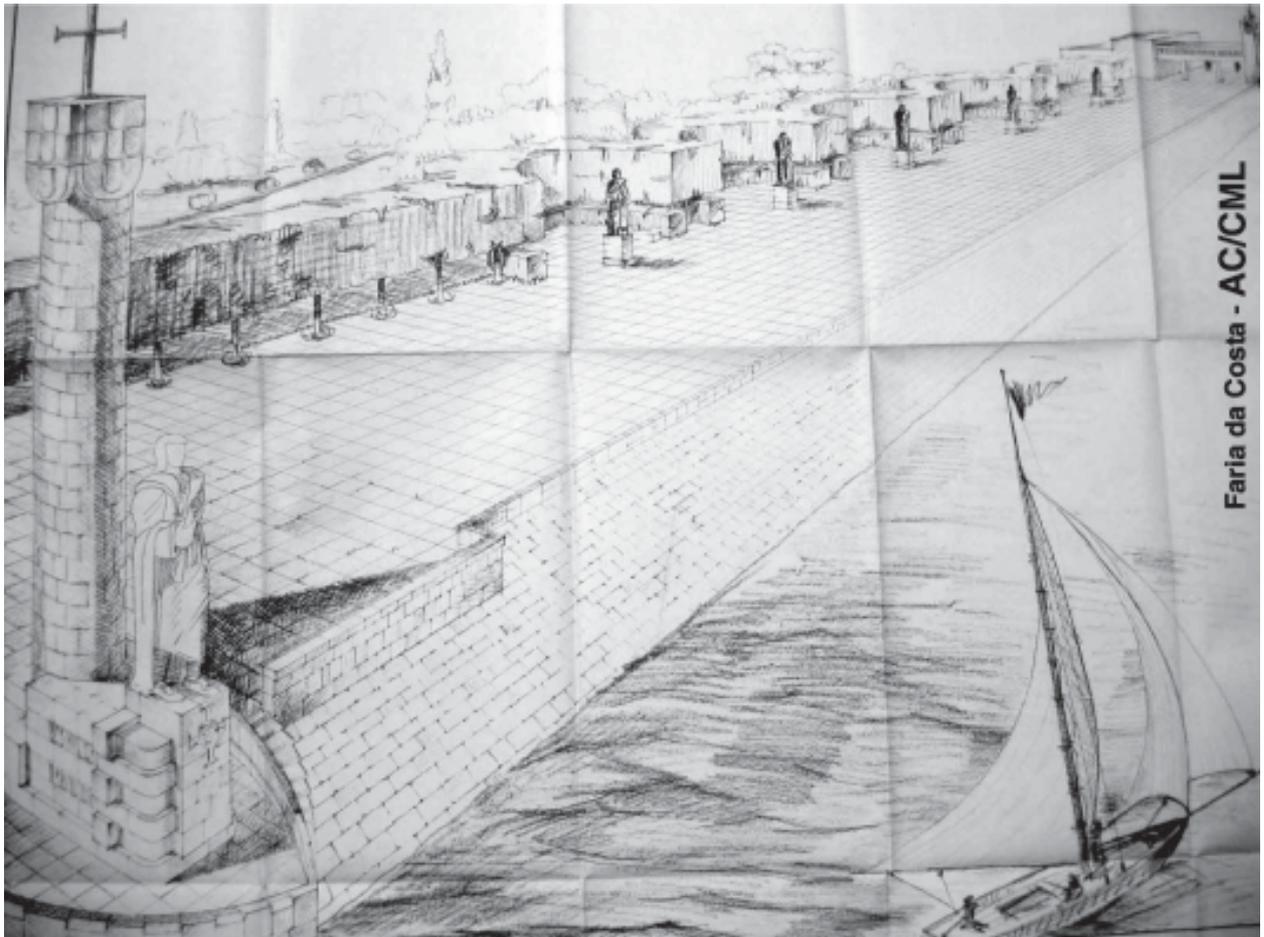
<sup>19</sup> DL 20:043, D. do G. nº 233, 1ª série, de 7 de Outubro de 1938. Também a auto-estrada Lisboa -Cascais é objecto do mesmo decreto.

<sup>20</sup> Os relatórios de actividade da CML, dão conta também do processo de demolição da Fábrica de Gás situada nos terrenos junto à Torre de Belém.

<sup>21</sup> Memória Descritiva do Projecto: zona marginal de Belém - Urbanização/CAPOPI - s/d.

<sup>22</sup> Separata da Revista Municipal, 3º trimestre de 1956, Grandes realizações Municipais, O enquadramento da Torre de Belém





Faria da Costa - AC/CML



Revista Municipal - separata de Julho de 1956

da via Marginal - troço Belém – Algés. Para tal, a CML mandou colocar estruturas metálicas ao longo da via e averiguar da possibilidade de colocação de estátuas equiparadas às de Afonso de Albuquerque, esta situada em Belém.<sup>23</sup>

Em 1972, um outro monumento – Travessia aérea do Atlântico Sul – vem a ser implantado no espaço ajardinado da Torre de Belém<sup>24</sup>. Para o coroamento da rotunda de Algés, no limite com o concelho de Oeiras, sabemos que estava em execução a estátua de D. Manuel I, aguardando-se apenas a conclusão do estudo da Praça com o mesmo nome.<sup>25</sup>

<sup>23</sup> Reportagem Fotográfica mandada executar pelo General França Borges.

<sup>24</sup> Revista Municipal, 2º Trimestre -1972, pp. 78-86 a propósito da comemoração dos 50 anos da travessia aérea do Atlântico Sul.

<sup>25</sup> Estátua de D. Manuel I, Trabalhos em Curso, Acções culturais da CML, 1970

### Considerações finais

As áreas periféricas foram objecto da política urbana de Duarte Pacheco e desde logo consideradas nas grandes linhas que este concebeu para a modernização da cidade. Quer na fase de planeamento destes espaços periféricos, a que Duarte Pacheco assistiu, quer depois na gestão que foi feita dos planos respectivos, as áreas estudadas apresentam evoluções distintas, como distintas foram as encomendas de arte para os espaços públicos que referimos.

Verificamos um desfasamento temporal entre o que é planeado para estas áreas e a arte que veio expressamente pontuar os espaços públicos criados, como é possível observar no esquema acima apresentado.

- Os motivos escultóricos da CML relacionam-se com a edificação: construção da gare do aeroporto, edifícios de restauração em Monsanto e equipamentos.
- A estátua de S. Cristóvão é um elemento da série com que a Câmara entende valorizar a cidade, situando-a num arruamento de saída da Capital.
- Para a zona da Torre de Belém, as encomendas de esculturas não vão além da fase de modelação em gesso, pese embora as variadas tentativas, quer por parte da administração central e local, em “valorizar” os espaços públicos circundantes à Torre. Mais tarde, pretendendo explorar a vertente simbólica do lugar, a Edilidade comemora a 1ª Travessia Aérea do Atlântico Sul com a implantação de um monumento.

No âmbito das atribuições dos poderes públicos, as concretizações artísticas do Estado Novo para os espaços destas áreas periféricas, não se afastam muito das encomendas para outros locais na cidade, cuja função em geral, se destinava ora ao «*embelezamento dos agregados populacionais*», ora «*à consagração de pessoas ilustres ou de acontecimentos memoráveis da cidade*»<sup>27</sup>. Em cada um destes propósitos procuraram as entidades competentes enfatizar os significados dos espaços públicos ou assinalar a função dos edifícios, justificando-os com a inserção de elementos artísticos.

<sup>27</sup> Artigo 48, n.º 9.º, do Código Administrativo do Estado Novo

*A periferia como local de passagem*

Estas áreas periféricas apresentam naturezas distintas: Monsanto é zona de lazer, a área do Aeroporto é zona de passagem e Pedrouços/Belém é zona turística.

Verifica-se a preocupação das autoridades em colocar estátuas em locais de passagem e de grande visibilidade, como sendo as saídas da cidade – Aeroporto e Pedrouços/Belém. A colocação de estátuas na Rotunda/Av. Cidade do Porto e na Marginal visa, assim, sublinhar a função de interface conferida a estas zonas.

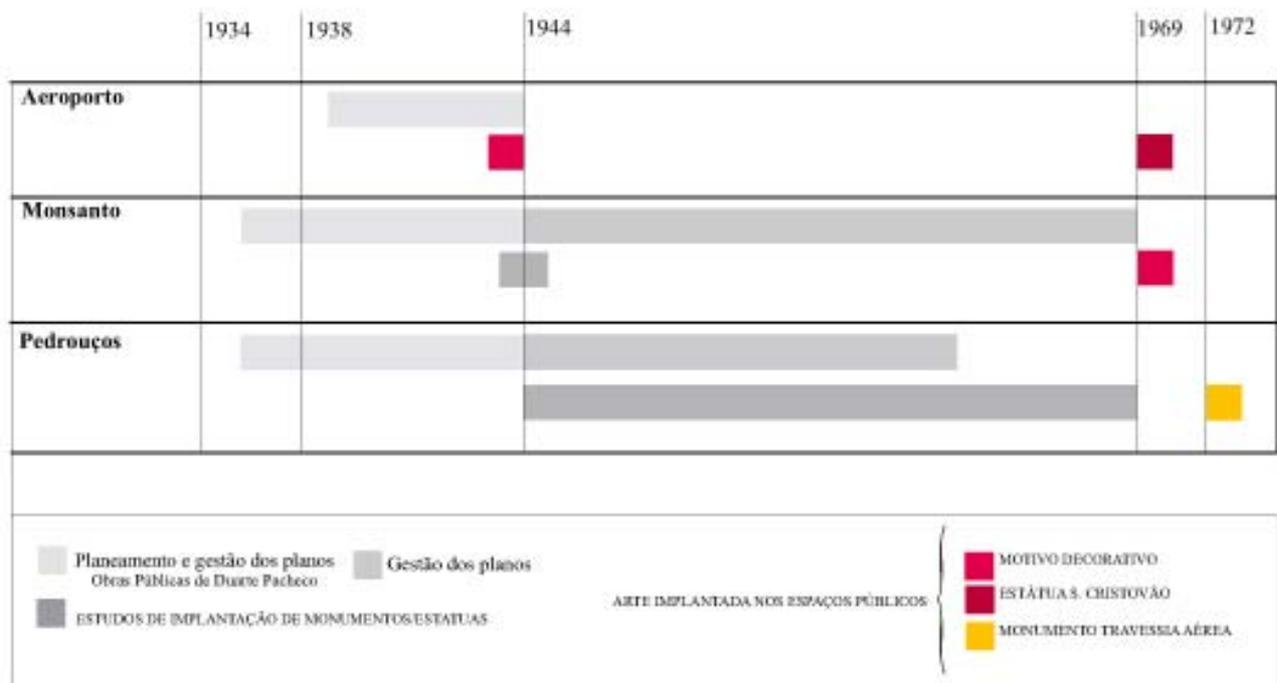
No caso do Aeroporto, a escolha do padroeiro dos viajantes decorre de uma concepção literal da função de interface. A acção da Câmara Municipal foi suficiente para concretizar a iniciativa.

Pelo contrário, para a zona de Pedrouços foi necessário o envolvimento das administrações central e local na elaboração de planos, na encomenda e na colocação das estátuas ou monumentos. Porta ocidental de Lisboa, na altura da sua urbanização foi apontada por Duarte Pacheco como uma área de expansão da cidade a ocidente – Cidade Nova, como lhe chamou<sup>28</sup>. Devido à exposição a que esta saída de Lisboa está sujeita, devido ao fluxo de turistas entre Lisboa e a Costa do Sol, consideramos que, aqui, o protagonismo dos projectos artísticos foi mais assumido.



simulação da colocação das estátuas ao longo da via

<sup>28</sup> Discursos, Duarte Pacheco, in Revista Municipal, Homenagem da CML a Duarte Pacheco, Jan. 1944.



## Referências Bibliográficas

Elias, Helena; *A Emergência de um espaço de representação: arte pública e transformações urbanas na zona ribeirinha de Belém*. **On the Waterfront**, nº 6, sep. 2004, ISSN 1139-7365, pp. 43-154.

Ferreira, Vítor Matias; **A Cidade de Lisboa: de Capital do Império a Centro da Metrópole**, Publicações Dom Quixote, 1987.

Lobo, Margarida Souza; **Planos de Urbanização, A época de Duarte Pacheco**, DGOTDU, FAUPpublicações, 1995.

Marques, Inês; *A Sereia, a Varina e o Governador de Macau: Intervenções artísticas e espaço público nos bairros de casas económicas de Lisboa*. **On the waterfront**, nº 6, sep. 2004, ISSN 1139-7365 pp. 537-647

Remesar, Antoni - *Arte e espaço Público. Singularidades e incapacidades da linguagem escultórica para o projecto urbano. A escultura como estatuária in Brandão, P;* Remesar,A (ed) **Design de espaço público: deslocação e proximidade**. Lisboa. Centro Português de Design. 2003, pp. 26-40. ISBN: 972-9445-20-6

Silva, Carlos Nunes da; **Política Urbana em Lisboa, 1926-1974**, Coleção cidade de Lisboa, Livros Horizonte, 1994.

Tostões, Ana; **Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande, Keil do Amaral, Arquitecto dos Espaços Verdes de Lisboa**, Ed. Salamandra, 1992.

### Arquivo Histórico do Arco Cego:

Dossiers DMPGU – zona ribeirinha ocidental

Câmara Municipal de Lisboa, Revista Municipal (vários anos).

Câmara Municipal de Lisboa, Separata da Revista Municipal, *O Enquadramento da Torre de Belém*, Julho de 1956.

CML, Exposição «Lisboa na obra de Francisco Valença» Lisboa 1962.

### Arquivo Histórico das Obras Públicas/Ministério das Obras Públicas

Colecção de Legislação – Ministério das Obras Públicas e das Comunicações (1934-1944)

CAPOPI - Catálogo da Colecção de Desenhos Avulsos do Arquivo Histórico do Ministério da Habitação e Obras Públicas. Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério, 1980

CAPOPI – Processos vários

### Gabinete de Estudos Olisiponenses/CML:

Reportagem Fotográfica da Zona Belém - Pedrouços encomendada pelo General França Borges, CML.

Câmara Municipal de Lisboa, Acção Cultural da Câmara Municipal de Lisboa (1933-1970), Lisboa, 1971.

Câmara Municipal de Lisboa, Anais do Município de Lisboa (vários anos).

Câmara Municipal de Lisboa, Actas das Sessões da CML (vários anos).